

Pouso Alegre - MG, 11 de agosto de 2020.

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE

Autoria – Poder Legislativo/Vereador Leandro Morais

Nos termos dispostos nos artigos 246 c/c 243, §2º-A, do Regimento Interno desta Casa de Leis, analisa-se os aspectos de admissibilidade do Anteprojeto de Lei n: 62/2020 de autoria do Vereador Leandro Morais:

Que “DECLARA UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A “FUNDAÇÃO SARAH BRITOS” DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - MG.”



O referido anteprojeto de Lei, visa declarar como de utilidade pública a FUNDAÇÃO SARAH BRITOS.

Numa análise perfunctória do Anteprojeto de Lei proposto e com os documentos que o instruem, conforme exigência legal, verifica-se que ao menos, “*em tese*”, não existirem obstáculos legais ao início de sua tramitação.

Registre-se que este despacho se refere exclusivamente aos aspectos legais de ADMISSIBILIDADE, sendo que a questão de mérito, cabe única e exclusivamente ao Douto Plenário desta Casa de Leis.

CONCLUSÃO

Por tais razões, exara-se este despacho **favorável** ao início do processo de tramitação do **Anteprojeto**, para ser submetido à análise jurídica e das ‘Comissões Temáticas’ da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária. Salienta-se que este despacho inicial é de caráter opinativo, razão pela qual não se vincula as deliberações das comissões permanentes desta Casa de Leis.





Rodrigo Modesto

Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG



Marcus Vinicius Furtado e Carvalho

OAB MG 68.530/Chefe de Assuntos Jurídicos